O TRABALHO E SUA CENTRALIDADE: LIMITES E DESAFIOS

WORK AND ITS CENTRALITY: LIMITS AND CHALLENGES

Herodes Beserra Cavalcanti[1]

RESUMO

O trabalho que surge com a modernidade aparece como fundamento da vida social. No entanto, essa mesma importância, reiterada desde o período industrial, é negada pelo avanço das transformações técnicas e organizacionais que precarizam e eliminam postos de trabalho, enquanto criam novos empregos, em grande parte precarizados, no setor de serviços, os quais também estão sujeitos a ser extintos. Considerando essa problemática, levantamos questionamentos sobre a centralidade do trabalho com base no pressuposto de Hannah Arendt, mais tarde desenvolvido por André Gorz, de que o trabalho tal como conhecemos é uma construção da modernidade. Questionar essa centralidade nos leva a considerar que o potencial crítico e emancipador do ser humano transcende a esfera do trabalho e que a luta por autonomia no trabalho e a redução de sua duração, em um cenário de quarta revolução tecnológica e mudanças culturais, envolve, cada vez mais, a compreensão dos limites da centralidade do trabalho.

Palavras-chave: Centralidade do trabalho, Metabolismo, Modernidade.

ABSTRACT

Work, which emerged with modernity, appears as the foundation of social life. However, this same importance, reiterated since the industrial period, is negated by the advance of technical and organizational transformations, which make jobs precarious and eliminate them, while creating new jobs, largely precarious, in the service sector that are subject to extinction. Considering this problem, we raise questions about the centrality of work based on Hannah Arendt's assumption, later developed by André Gorz, that work as we know it is a construction of modernity. Questioning this centrality leads us to consider that the critical and emancipatory potential of the human being transcends the sphere of work, and that the struggle for autonomy in work and the reduction of its duration, in a scenario of the fourth technological revolution and cultural changes, increasingly involve the understanding of the limits of the centrality of work.

Keywords: Centrality of work, Metabolism, Modernity.

[1] Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que conhecemos se caracteriza como um meio de acesso à vida social. É por meio do trabalho que atribuímos significados às nossas vidas e adquirimos os meios necessários para manter nossa reprodução. Sem o trabalho, a vida social perde sentido. Por outro lado, existe a exploração e a sensação de cansaço, o que nos leva a questionar se trabalhamos para viver ou vivemos para trabalhar. A competição sem limites, cujo fundamento é o poder e o dinheiro, igualmente, nos leva a pensar no esvaziamento do sentido da vida pelo trabalho.

Segundo André Gorz (2007), a visão do trabalho como elemento central de integração social ganhou força no cenário da Primeira Revolução Industrial, período marcado pelo assalariamento e pela crescente urbanização. O motor dessas transformações é a racionalidade capitalista, cujo fundamento é o lucro, ampliado com base no aumento da produtividade decorrente do aperfeiçoamento técnico e organizacional da produção, distribuição e comercialização.

A partir do trabalho, grandes avatares serão travados por meio de duas matrizes interpretativas: a matriz liberal, que valoriza o trabalho como fundamento social, mas pouco trata da exploração do trabalho; e a matriz marxista, que também reconhece a importância do trabalho como fundamento humano, mas, ao questionar a exploração e alienação do trabalho, afirma que a realização plena do trabalho só é possível fora dos limites da sociedade capitalista.

Desde os anos 1970, a centralidade do trabalho, que ganhou forma com o industrialismo, é progressivamente desafiada por uma série de transformações: avanço do ideário neoliberal, queda do socialismo real, revolução tecnológica e expansão do setor de serviços. Nesse contexto, a identidade coletiva dos trabalhadores, resultado de luta e organização do período industrial, se desmancha ao passo que o contrato de trabalho padrão, por prazo indeterminado, realizado em tempo integral e com remuneração fixa e mensal, é substituído por formas flexíveis de contratação e pelo trabalho autônomo (Krein, 2013).

Nesse cenário, intensificou-se a reflexão sobre a sociedade centrada no trabalho, com contribuições de diversos autores, como Hannah Arendt ([1958] 2010), André Gorz ([1980] 1982; [1988] 2007), Claus Offe (1995), Jürgen Habermas ([1968] 1987), Robert Kurz (1991; 1993), entre outros. Esses pensadores que abordam o tema a partir de diferentes perspectivas teóricas convergem em sua crítica à centralidade do trabalho, questionando sua predominância e propondo alternativas que valorizam outras dimensões da existência humana.

Neste artigo, retomamos o debate sobre a centralidade do trabalho, considerando o cenário de crescente flexibilidade laboral e automação decorrentes da Quarta Revolução Tecnológica e da consolidação do neoliberalismo. A partir das reflexões de Hannah Arendt e André Gorz, discutimos a ideia de que o trabalho é historicamente determinado e, embora seja um elemento central da sociedade, não constitui o único fundamento estruturante. Cabe ressaltar que este artigo revisita e aprofunda questões levantadas em nossa tese de doutorado, defendida no final de 2018.

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, destacamos a concepção de Karl Marx sobre o trabalho, enfatizando seu caráter ontológico. Em seguida, discutimos a abordagem de Hannah Arendt, que considera o trabalho como uma construção da modernidade. Por fim, avançamos na reflexão sobre o trabalho a partir da análise de André Gorz, que, ancorado nas ideias de Arendt, oferece uma perspectiva crítica interna ao marxismo sobre a centralidade do trabalho.

Como veremos adiante, não se trata de negar a importância do trabalho, nem de ignorar a crescente precarização laboral, que, segundo Ricardo Antunes (2023), resgata formas pretéritas

de exploração do trabalho que marcaram o período da primeira Revolução Industrial, hoje evidentes na extensão da jornada de trabalho e na intensificação do ritmo laboral, especialmente entre os trabalhadores que realizam suas atividades mediadas por plataformas digitais. A crítica à centralidade do trabalho opõe-se à degradação das condições laborais. Reconhece-se, assim, que, embora o trabalho seja fundamental, ele coexiste com o desejo de viver em um mundo no qual o trabalho não seja o pilar exclusivo da vida social. No Brasil, o questionamento à escala de trabalho 6x1, que ganhou forma com o movimento Vida Além do Trabalho (VAT), em 2024, reflete parte do desconforto de viver em função do trabalho.

2. MARX: CENTRALIDADE DO TRABALHO E CRÍTICA AO TRABALHO ABSTRATO

Para o desenvolvimento das análises que perpassam o tema da centralidade do trabalho, resgatar e problematizar a definição da categoria trabalho feita por Marx é de fundamental importância. Marx aborda o trabalho e a natureza como uma unidade diferenciada. Nesse viés, o trabalho ganha forma na intervenção humana na natureza por meio de ferramentas e técnicas. Assim, o trabalho é concebido como uma atividade de autocriação que é igualmente um processo de produção do humano e de uma segunda natureza transformada.

> Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria Natureza (Marx, [1867] 1988, v. 1, t. 1, p. 142).

Conforme a definição de Marx, o trabalho e a natureza são mais que um mero fator de produção e recurso, respectivamente. Ambos têm sentido ontológico por fazerem parte da essência humana. Sendo fundamento da existência humana, o trabalho se manifesta na relação metabólica do humano com a natureza.

Nessa concepção, a natureza configura-se, em relação ao trabalho, como extensão do próprio humano, sendo matéria e meio de vida ou mesmo o corpo inorgânico do homem[2]. Consequentemente, os seres humanos, por meio da mediação do seu trabalho, constantemente procuram dominar a natureza para produzir, a partir dela, seus recursos e meios de vida. Essa relação inclui as interações do ser humano no âmbito do espaço social e essa interferência leva a sua própria transformação (Marx, [1844] 2006).

No decorrer do processo civilizatório, à medida que o ser humano transforma a natureza e a subjuga a seus próprios interesses, cria, por outro lado, uma segunda natureza, da qual fica

[2] Segundo Marx ([1844] 2006, p. 84) "A natureza é o corpo *inorgânico do homem*, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar em um processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza".

dependente[3]. No capitalismo, isso decorre da crescente integração e cooperação presente no desenvolvimento das relações sociais de produção, as quais implicam produzir mais para troca do que para o próprio uso. Nesse processo, o homem torna-se dependente tanto do trabalho social quanto do próprio trabalho individual.

As contradições resultantes de tal processo, generalizadas pela crescente divisão do trabalho no sistema capitalista, são visíveis no caráter dúplice do trabalho — expresso por Marx nos conceitos de *trabalho abstrato* e de *trabalho concreto*.

O trabalho abstrato é para Marx ([1867] 1988) o *socialmente determinado*. Predomina nele o mero dispêndio quantitativo e indiferenciado de força de trabalho na produção de mercadorias, destinadas à comercialização (troca), sendo a produção do valor de troca, no sentido monetário, o resultado desse processo.

Por outro lado, o trabalho concreto caracteriza-se por ser dispêndio de força de trabalho específica, adequada a um fim, quer dizer, a uma utilidade que é a criação de valor de uso. Nessa perspectiva, o trabalho concreto tem uma dimensão qualitativa e social, necessária ao desenvolvimento e enriquecimento das potencialidades humanas. Em síntese:

> Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (Marx, [1867] 1988. v. 1, t. 1, p. 53).

Desse modo, no sistema capitalista, em um primeiro momento da atividade, o trabalho concreto gera valor de uso; em um segundo momento, quando ele se cristaliza em um objeto e é dotado de valor de troca, torna-se trabalho abstrato. Conforme Marx ([1867] 1988, v. 1, t. 1, p. 61): "O corpo da mercadoria que serve de equivalente figura sempre como corporificação do trabalho humano abstrato e é sempre o produto de determinado trabalho concreto, útil".

Nessa perspectiva, o trabalhador, enquanto produtor de valor de troca, tende a não se reconhecer no resultado do seu trabalho, pois esse não o pertence, já que lhe fora alienado em troca de salário. Isso decorre da necessidade de o trabalhador vender sua força de trabalho como uma mercadoria no processo produtivo. Assim, quanto mais o trabalhador emprega tempo de trabalho material e imaterial no objeto de seu trabalho, menos ele retém em si mesmo. Consequentemente, o "enriquecimento do proprietário dos meios de produção" decorre do seu empobrecimento enquanto trabalhador (Marx, [1844] 2006).

Nessa concepção, a luta contra o trabalho abstrato é a luta contra a alienação. Para Marx ([1844] 2006), na aparente liberdade da venda da força de trabalho que ocorre no capitalismo, o trabalhador encontra-se alienado do produto do seu trabalho, da sua atividade e de si mesmo. Essas formas de alienação carregam sentido de perda, desconhecimento e de empobrecimento do gênero humano (Silveira, 1989). Desse modo, a luta dos trabalhadores, que almejam reconstituir os sentidos do trabalho para além da lógica do capital, não deixa de ser

---

[3] Conforme Marx: "Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. [...]. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho" (Marx, [1867] 1985, v. 1, t. 2, p. 105).

uma luta contra a alienação do trabalho, que é igualmente uma luta contra a exploração e contra a redução do trabalho à dimensão de mercadoria. Nas palavras de Marx:

> O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (Marx, [1844] 2006, p. 80).

Em síntese, o trabalho, entendido como atividade de autocriação e fundamento do ser social, surge segundo Karl Marx da relação metabólica entre o ser humano e a natureza. Na sociedade capitalista, passa a predominar o trabalho alienado, no qual o trabalho concreto é constantemente reduzido a trabalho abstrato e o valor de troca das mercadorias se sobrepõe ao seu valor de uso.

3. ARENDT: CRÍTICA AO ESSENCIALISMO DO TRABALHO EM MARX

Hannah Arendt ([1958] 2010) foi uma das primeiras autoras a questionar a abordagem de Marx, no que se refere à ênfase na origem do trabalho na relação metabólica entre o homem e a natureza. O intuito da autora é contestar o desdobramento desta análise que identifica a essência do homem no trabalho. Para Arendt, a centralidade do trabalho que decorre dessa perspectiva é uma construção histórica da modernidade, que segundo Gorz (1982, 2007), foi desenvolvida com o industrialismo.

Para entendermos melhor os motivos que levaram Hannah Arendt a escolher esse percurso em que o trabalho é depreciado — ao mesmo tempo em que salienta no seu lugar a importância da ação política —, torna-se importante destacar os objetivos gerais do seu livro *A condição humana*, de 1958. Nele, a autora realiza uma crítica à interpretação de Marx sobre o trabalho, ao passo que constrói uma proposta investigativa acerca dos sentidos e valores em volta das atividades humanas que ganham corpo com a modernidade.

Inicialmente, Arendt ([1958] 2010) aponta para a distinção entre vida contemplativa[4] e vida ativa, presente desde a antiguidade clássica. Seu intuito, com isso, é o de direcionar seus estudos para a vida ativa, que, na modernidade, se sobrepõe à vida contemplativa. Essa mudança foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma sociedade capitalista na qual o trabalho adquire centralidade.

Ao deslocar-se para o estudo da vida ativa, três formas de atividades são destacadas como constitutivas desse domínio: o trabalho, a obra e a ação. A partir dessa enumeração, Arendt realiza a distinção de cada uma das atividades — conferindo, no final, estatuto mais elevado para as atividades ligadas à ação.

Segundo Arendt ([1958] 2010), as atividades trabalho, obra e ação são realizadas por três tipos distintos de homens: o *animal laborans,* o *homo faber e o homem da ação.* O *animal laborans* caracteriza-se por realizar atividades com intuito de suprir suas necessidades; logo, sua ação não possui teleologia, ou seja, um sentido ligado aos fundamentos do que realiza, tendo

[4] Conforme Hannah Arendt ([1958] 2010), a conceituação da vida contemplativa tem origem nas análises de Aristóteles e Platão. A vida contemplativa abarca aspectos da beleza e verdade do Cosmos, envolvendo o imutável e o eterno.

em vista um fim predeterminado. A reduzida preocupação com a política e a vida circunscrita ao trabalho para o consumo e sobrevivência contribuem para caracterizar esse homem enquanto *animal laborans.*

Não sendo uma atividade criadora e duradoura, o trabalho do *animal laborans* exprime-se em um ciclo vital repetitivo, no mero viver, para satisfação de necessidades e consumo. Apesar do predomínio do caráter negativo conferido a essa atividade, a autora destaca que tanto essa como as outras duas atividades realizadas pelo homem, a obra e a ação, têm também um caráter rotineiro e repetitivo. Essa marca é essencial nas atividades humanas, uma vez que é própria do ciclo da vida. Tal dado, nas tarefas rotineiras executadas em circunstâncias nas quais o trabalhador dispõe de tempo para se recuperar, gera satisfação e não apenas sofrimento. Nas palavras de Arendt:

> Um elemento de trabalho está presente em todas as atividades humanas, mesmo na mais elevada, na medida em que elas são executadas como tarefas "rotineiras" mediante as quais ganhamos a vida e nos mantemos vivos. Seu próprio caráter repetitivo, que na maioria das vezes sentimos ser um fardo que nos extenua, é que fornece aquele mínimo de contentamento animal para o qual os grandes e significativos momentos de alegria, que são raros e jamais duram, nunca podem ser um substituto e sem o qual os mais duradouros momentos de verdadeira aflição e tristeza, embora igualmente raros, dificilmente poderiam ser suportados (Arendt, [1964] 2005, p. 183).

A pessoa, na representação do *homo faber*[5], é aquela que, ao realizar uma atividade, produz algo que tem durabilidade e utilidade, diferentemente da atividade do *animal laborans*, que se esgota nas necessidades de sobrevivência ou, igualmente, de reprodução do ciclo biológico (Arendt, [1958] 2010).

Entre as atividades do *homo faber* podem-se distinguir a obra e a fabricação. A atividade da obra tem maior autenticidade e densidade; consequentemente, não se encontra presa a um fim específico. Por outro lado, a atividade da fabricação caracteriza-se pela durabilidade e utilidade de sua criação. Cabe notar que, apesar da diferenciação das atividades do *homo faber:* obra e fabricação*,* Arendt ([1958] 2010) emprega essas palavras como sinônimos em *A condição humana*, pois seu objetivo é o de procurar explorar as mudanças por que passam a atividade do *homo faber*. Dessas, destaca-se a redução da importância da atividade do *homo faber* em detrimento da atividade do *animal laborans*.

Durante a Idade Média, a atividade do *homo faber* era realizada na casa do artesão. Com a Revolução Industrial e a consolidação dos ideais burgueses, o trabalho passou a ser valorizado na esfera pública ao deslocar-se gradualmente para a fábrica. A atividade do *homo faber* sofre uma transformação qualitativa, a produção de valores de uso passa a ser determinada pela produção de valores de troca, o trabalho, antes artesanal, torna-se trabalho parcelar, ou seja, o artesão perde o seu domínio sobre a fabricação à medida que as ferramentas são substituídas por máquinas e a organização do trabalho é redefinida com o trabalho assalariado (Arendt, [1958] 2010).

---

[5] Segundo Arendt: "A palavra latina *faber*, que provavelmente se relaciona com *facere* ("fazer alguma coisa", no sentido de produção), designava originalmente o fabricante e artista que operava sobre materiais duros, como pedra ou madeira; era também usada como tradução do grego *tekton*, que tem a mesma conotação. A palavra *fabri*, muitas vezes seguida de *tignarii*, designava especialmente operários de construção e carpinteiros. Não pude determinar onde e quando a expressão *homo faber*, certamente de origem moderna e pós-medieval, surgiu pela primeira vez. Jean Leclercd (Vers La société basée syr le travail, *Revue du travail*, v. LI, n. 3 ([mar. 1950]) sugere que foi Bergson quem "lançou o conceito de *homo faber* na circulação das ideias" (Arendt, [1958] 2010, nota da p. 169).

Com isso, como lembra Marx ([1867] 1988), em grande parte, o operário que surge dessa fase tem suas virtualidades empobrecidas, tornando-se um apêndice[6] da máquina. Dentro do sistema de funcionamento da indústria, o trabalhador não cria, apenas reproduz o que é previamente determinado para o melhor funcionamento das máquinas e do processo de trabalho.

A última atividade diferenciada pela autora é a ação que é expressão da pluralidade humana. Segundo Arendt ([1958] 2010; [1964] 2005), a ação caracteriza-se por ser indeterminada e indiferenciada, portanto, distingue-se pela sua capacidade de ser fonte de liberdade e autonomia para o homem.

> A vida, em seu sentido não biológico, o lapso de tempo concedido a cada homem entre o nascimento e a morte, se manifesta na ação e na fala, às quais agora temos de voltar nossa atenção. Com a palavra e o ato nós nos inserimos no mundo humano, e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato bruto de nosso aparecimento físico original. Desde que por meio do nascimento ingressamos no Ser [*Being*], partilhamos com os outros entes a qualidade da Alteridade [*Otherness*], um aspecto importante da pluralidade que faz com que possamos definir apenas pela distinção, que sejamos incapazes de dizer o que algo é sem distingui-lo de alguma outra coisa (Arendt, [1964] 2005, p. 190).

Para Hannah Arendt ([1964] 2005), antes do desenvolvimento do capitalismo, a ação (atividade política) realizada no domínio público era mais valorizada. Por outro lado, o trabalho e a obra eram atividades depreciadas. A localização dessas atividades encontrava-se predominantemente no domínio privado.

De acordo com Arendt, ([1958] 2010), na Antiguidade, o trabalho, sendo uma atividade destinada aos escravos e restrita ao domínio privado, correspondia apenas à dimensão da necessidade e manutenção da vida. Assim, por estar relacionada ao desgaste físico, essas atividades eram depreciadas. Já a obra, realizada por escultores e pintores, era mais valorizada quando comparada ao trabalho, no entanto, era menos valorizada por não ser uma atividade do domínio público, em outros termos, do espaço do cidadão e domínio da política.

Na Idade Média, de forma geral, a atividade trabalho era desvalorizada. Os nobres e clérigos não trabalhavam e o trabalho, realizado por servos, era depreciado. No entanto, a obra dos escultores, dos pintores e dos artesãos era mais valorizada, apesar de não terem a centralidade e a relevância das ações dos nobres e clérigos (Arendt, [1958] 2010).

Com o advento da modernidade, e consequentemente do capitalismo, desenvolve-se o trabalho assalariado, que perde sua conotação negativa. Nesse processo, a diferença entre trabalho e obra tende a desaparecer e o termo "trabalho" começa a ser utilizado de maneira indiferenciada. Assim, a tarefa do pintor, do escritor, do mecânico, do padeiro (e dos demais profissionais) passa a ser designada pela palavra "trabalho" (Arendt, [1958] 2010).

Dessa maneira, trabalho e obra, antes confinados ao domínio privado, começam a predominar no domínio público. Segundo Arendt ([1958] 2010), esse processo em que o termo trabalho passa a ser utilizado de modo indiferenciado e com conotação positiva na esfera pública vem acompanhado da depreciação da centralidade da ação política. Tal processo, segundo a

---

[6] Segundo Marx: "*Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina*. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo" (Marx, [1867] 1988, v. 1, t. 2, p. 43, grifo nosso).

autora, é característico da formação das sociedades modernas cuja base econômica sustenta a ênfase no ter e no consumo.

Assim, para Arendt ([1958] 2010), com o desenvolvimento da modernidade, a ação perde importância, abalando o próprio alicerce da vida ativa. A perda da importância da ação está relacionada ao desenvolvimento do capitalismo e da dissolução das diferenças existentes entre os termos "obra" e "trabalho". Temos, com isso, segundo a autora, a vitória do *animal laborans*[7], a qual é marcada pela valorização do trabalho para produção dentro da esfera pública e pela depreciação da ação como participação política.

4. PROXIMIDADES E DIFERENÇAS NAS ABORDAGENS DE MARX E ARENDT

Seguindo a lógica dessa argumentação, nota-se em Arendt uma proximidade com a abordagem de Marx, uma vez que ambos os autores criticam a sociedade do trabalho estruturada no capitalismo e chegam a resultados parecidos. Marx aponta para a prevalência do trabalho abstrato; Arendt nota a vitória do *animal laborans*. Entretanto, são grandes as diferenças entre esses dois pensadores. Arendt não valoriza a centralidade do trabalho e critica elementos utópicos da abordagem de Marx.

Segundo Arendt, não encontramos em Marx uma diferença clara entre trabalho e obra. Para esse pensador, todas as atividades humanas são entendidas como trabalho. Além disso, a ênfase do autor na origem do trabalho atribuída à relação metabólica carrega elementos para uma utopia da autoprodução que, para Arendt, mesmo sendo centrada no trabalho desalienado, estruturaria uma sociedade forjada na vitória do *homo faber* em detrimento da ação, atividade política.

> Se considerarmos agora a inversão na era moderna, perceberemos imediatamente que sua característica mais importante a este respeito é sua glorificação do trabalho, certamente a última coisa que qualquer membro de uma das comunidades clássicas, seja ela Roma ou a Grécia, teria considerado como digna desta posição. Entretanto, no momento em que nos aprofundamos mais neste assunto, percebemos que não fora o trabalho enquanto tal que ocupou esta posição (Adam Smith, Locke e Marx são unânimes em seu menosprezo das tarefas servis, do trabalho não especializado que serve apenas ao consumo), mas o trabalho produtivo. Mais uma vez, o padrão dos resultados duradouros é o verdadeiro estalão. Assim, *Marx, certamente o maior dos filósofos do trabalho, tentou constantemente reinterpretar o trabalho à imagem da atividade da fabricação — novamente à custa da atividade política* (Arendt, [1964] 2005, p. 178, grifo nosso).

Nesse sentido, para Arendt, mesmo que se considere a liberação do trabalho do capital, como é tensionada por Marx, isso não significaria que alcançaríamos uma fase de autoprodução. Para afirmar essa argumentação, nota-se que o elemento utópico que animava Marx e parte do movimento operário seria o de que, superando a necessidade imposta pelo modo de produção, marcada pelo trabalho abstrato, atividades "superiores" seriam desenvolvidas e ocupariam esse lugar. Nas palavras da autora:

---

[7] "O último estágio da sociedade de trabalhadores, o qual é a sociedade de empregados, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido submersa no processo vital global da espécie e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim, abandonar sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer a um tipo funcional, entorpecido e "tranquilizado" de comportamento" (Arendt, [1958] 2010, p. 403).

> A esperança que inspirava Marx [...] baseia-se na ilusão de uma filosofia mecanicista que supõe que a força de trabalho, como qualquer outra energia, não pode ser perdida, de modo que, se não for gasta e exaurida na labuta da vida, nutrirá automaticamente outras atividades "superiores". O modelo dessa esperança de Marx era, sem dúvida, a Atenas de Péricles, que, no futuro, com ajuda da enormemente aumentada produtividade do trabalho, prescindiria de escravos para sustentar-se e se tornaria realidade para todos (Arendt, [1958] 2010, p. 165).

Em resumo, os méritos da análise de Arendt aparecem na forma de como a autora destaca a importância da vida ativa, em detrimento da vida contemplativa, ao diferenciar e analisar as principais atividades que a compõem: o trabalho, a obra e a ação. Isso ocorre de modo a deixar a ação que é definida a partir da política no topo dessa hierarquia, em um movimento que não é de exclusão, porque cada atividade diferenciada pela autora tem sua importância para a vida humana. Como veremos, essa interpretação inspirou André Gorz a redefinir suas análises sobre o tema trabalho dentro do marxismo.

Apesar disso, quando Arendt interpreta a categoria trabalho de Marx, esta aparece empobrecida, pois, à medida que procura mostrar a viabilidade de sua interpretação, deixa de notar a dinâmica e a riqueza do caráter dúplice do trabalho apontado pelo autor. Este último desenvolve sua abordagem a partir do método dialético. Portanto, a tensão entre trabalho concreto e trabalho abstrato comporta elementos políticos que se manifestam na luta de classes.

Acrescenta-se a isso a possibilidade de encontrar em Marx uma utopia que se desloca para além da esfera do trabalho abstrato e, portanto, que se distanciaria da visão utópica do trabalho do *homo faber*, apontada por Arendt. No livro *A ideologia alemã*, por exemplo, Marx e Engels indicam uma utopia do fim do trabalho, isto significa, o desenvolvimento de uma sociedade livre, pós-capitalista. Nesta via interpretativa, "[...] os proletários, se quiserem afirmar-se enquanto pessoa, devem abolir sua própria condição de existência anterior, que é, ao mesmo tempo, a de toda sociedade até hoje, quer dizer, abolir o trabalho" (Marx; Engels, [1845/1846] 2008, p. 96-97).

Como apontado por Gorz (2007), é comum "usar" Marx contra Marx, e isso Hannah Arendt faz bem ao questionar o Marx da centralidade do trabalho, do qual ela discorda. Entretanto, a pensadora alemã não deixa de constatar que é possível encontrar um Marx questionador dessa centralidade, muito embora essa interpretação não seja predominante. Para Arendt, o ponto alto dessa perspectiva apareceria na superação do reino da necessidade pelo reino da liberdade, tarefa que só pode ser alcançada a partir da liberação do homem do trabalho.

> O risco de que a emancipação do trabalho na era moderna não só fracasse na instauração de uma era de liberdade para todos, mas, ao contrário, acabe por submeter pela primeira vez toda humanidade ao jugo da necessidade, já havia sido claramente percebido por Marx quando ele insistiu em que o objetivo de uma revolução não podia ser a já alcançada emancipação das classes trabalhadoras, mas sim a emancipação do homem em relação ao trabalho. À primeira vista, esse objetivo parece utópico, o único elemento estritamente utópico nos ensinamentos de Marx. A emancipação do trabalho, nos termos do próprio Marx, é a emancipação da necessidade, o que significaria, em última análise, a emancipação igualmente em relação ao consumo, isto é, ao metabolismo com a natureza que é a própria condição da vida humana (Arendt, [1958] 2010, p. 162).

Em suma, a interpretação predominante de Marx, que reduz o homem ao trabalho, cuja essência é uma espécie de metabolismo, tem forte potencial interpretativo, todavia, como lembra Arendt, a ênfase no trabalho dificulta pensarmos outras definições possíveis para as atividades humanas. Com essa crítica, Arendt nos leva a repensar tanto os limites de uma

sociedade estruturada em torno do trabalho quanto os dilemas de uma sociedade futura que pretende reduzir cada vez mais o peso do trabalho na vida humana.

A seguir, analisaremos aspectos da abordagem de André Gorz — que, apesar de ser fortemente influenciado por Marx, aproxima-se em alguns pontos da interpretação de Arendt, ao também se desviar do paradigma da centralidade do trabalho.

5. GORZ: MARXISMO CRÍTICO A CENTRALIDADE DO TRABALHO

Como visto, na abordagem de Marx ([1867] 1988), o trabalho constitui-se a partir de uma relação metabólica entre o ser humano e a natureza, tendo, portanto, caráter ontológico, ou seja, pertencente à constituição do ser. Essa definição de Marx, que considera o trabalho elemento fundante da sociedade, questionada por Arendt, foi também problematizada por Gorz (2007). Na perspectiva de Gorz que compartilhamos, em Marx, todas as atividades realizadas pelo homem são reduzidas a trabalho. Tal concepção, que não diferencia a categoria trabalho, cria dificuldades para pensarmos as constantes transformações que se processam nas atividades humanas.

Para Gorz (2007; 2004), vivemos em uma época na qual cada vez mais o capitalismo, contraditoriamente, nega o trabalho por um lado e, por outro, o afirma. Assim, o trabalho — constantemente concebido como elemento estruturante de toda a sociedade — é igualmente negado ao ser substituído por máquinas, pela automação e por novos procedimentos organizacionais. De modo paliativo, diante da eliminação do trabalho, o capital penetra nas atividades humanas, sem fundamento econômico, transformando-as em trabalho precário e mal remunerado.

Para avançar nessa discussão, Gorz (2007) procura mostrar que o trabalho não deve ser concebido de modo indiferenciado e propõe dividir as atividades realizadas pelo homem em dois grupos: o das atividades mercantis e o das atividades não mercantis.

As atividades mercantis são aquelas realizadas tendo em vista a troca econômica. São atividades caracterizadas por apresentar uma ou mais das seguintes características: "[...] a) criam valor de uso; b) têm em vista a troca mercantil; c) realizam-se na esfera pública; d) em um tempo mensurável e com um rendimento o mais elevado possível" (Gorz, 2007, p. 137).

Por outro lado, as atividades não mercantis são aquelas realizadas sem objetivar a troca; elas se justificam por si mesmas. Nesse grupo, o prazer em realizar uma tarefa e a obrigação para cumpri-la não passam pela esfera econômica. Portanto, tais atividades são feitas sem expectativas de retorno financeiro. Procurando detalhar melhor as atividades não mercantis, Gorz (2007) as subdivide em dois grupos, o do *trabalho para si* e o das *atividades autônomas*.

Acerca do *trabalho para si*, não mercantil, podem ser referenciadas as atividades domésticas, o cuidado com os filhos, os estudos, os cuidados corporais etc. Tais atividades, em grande parte realizadas na esfera privada, são executadas com maior autonomia pelas pessoas (Gorz, 2007).

De outra maneira, o *trabalho para si*, depreciado na esfera privada, "[...] é fundamentalmente aquilo que temos que fazer para tomar posse de nós mesmos e desta organização de objetos que, prolongando e refletindo a nós mesmos como existência corporal, é nosso nicho no meio do mundo sensível: nossa esfera privada" (Gorz, 2007, p. 155).

A respeito das *atividades autônomas*, não mercantis, pode-se destacar a atividade do artista e as realizadas por meio de associações de bairro ou assistenciais que atuam com a finalidade de ajudar determinados grupos. As atividades autônomas caracterizam-se por apresentarem em si a própria finalidade. Essas atividades subsistem na sociedade em que predomina o trabalho mercantil (Gorz, 2007).

A atividade do artista, por exemplo, é uma atividade autônoma desde que sua finalidade não seja a troca mercantil. Quando o econômico determina tal atividade, seu conteúdo é alterado, em outras palavras, quando o artista cria uma obra com finalidade de vendê-la, seu trabalho torna-se condicionado para agradar ao público, ficando, também, sujeito à moda e à oscilação de mercado (Gorz, 2007).

Com a reestruturação produtiva, em marcha desde os anos 1970, crescem a flexibilização do trabalho, a cobrança para realização de novas tarefas (polivalência) e a reversão de conquistas e direitos trabalhistas. Nesse processo, aumenta a racionalização e a instrumentalização do trabalho, com vista a troca mercantil; igualmente, nota-se uma crescente captura pelo mercado das atividades em que o fundamento econômico não deveria ser central. Um exemplo disso pode ser notado na atividade executada pelo médico, na qual a solicitação de exames e a medicação tendem, em muitos casos, a substituir o contato humano entre o profissional e o paciente, fundamental para o diagnóstico e solução de problemas.

> A primeira tarefa do clínico será pois de classificar o paciente: a consulta e a auscultação são substituídas pelas radiografias e exames de laboratório, os conselhos e as explicações por uma receita etc. A relação médico-paciente transforma-se em uma relação técnica. O consumo médico e farmacêutico aumenta na mesma proporção da frustração dos pacientes (Gorz, 2007, p. 142).

Desse modo, intensifica-se a subsunção do trabalho concreto pelo abstrato, o que pode ser, ainda, observado fora da fábrica e da empresa, a partir da precarização e instrumentalização para fins econômicos das atividades não mercantis, trabalho para si e atividades autônomas. Tal processo tende a ocorrer tanto por meio da redução do tempo que as pessoas têm para desenvolver o trabalho para si quanto pela sua crescente mercantilização, evidenciada na ampliação da oferta de serviços pessoais.

> *O desenvolvimento dos serviços pessoais só é possível em um contexto de desigualdade social crescente, onde uma parte da população açambarca as atividades bem remuneradas e constrange uma outra parte ao papel de serviçal*." (Gorz, 2007, p. 155, grifo do autor).

Assim, o trabalho para si tende a tornar-se um conjunto de atividades mal remuneradas e precarizadas, como em muitos exemplos das funções exercidas por entregadores, babás, domésticas e cuidadores, cuja oferta de serviço cada vez mais passa a ser intermediada por aplicativos controlados por grandes empresas. As atividades autônomas seguem caminho semelhante, sendo constantemente instrumentalizadas em função das demandas do mercado. Denúncias frequentes sobre condutas de organizações não governamentais (ONGs), cujo fundamento deixa de ser o social para ser o econômico, integram esse processo.

Em síntese, o caráter abrangente da categoria trabalho de Marx, criticada por Gorz (2007), é acompanhado de uma definição acurada das atividades realizadas pelo homem. Como aponta Silva (2002), o intuito de Gorz é destacar que nem todo trabalho tem fundamento econômico ou é, predominantemente, trabalho abstrato. Essa discussão é realizada sem deixar de apontar as tentativas do mercado de frear a própria crise ao transformar em trabalho — no sentido econômico — tarefas exercidas sem função mercantil.

Procurando avançar na discussão, o autor aponta que, com a mercantilização das atividades autônomas e do trabalho para si, ocorre maior empobrecimento do homem, uma vez que suas virtualidades são subordinadas aos imperativos do mercado. Afirma-se, com isso,

uma crítica ao sistema capitalista. Todavia, no que se refere à resposta a essa situação no plano político, o autor se distancia do marxismo clássico.

Para Gorz (2007), a cisão entre trabalho e vida na atualidade não tem como ser suprimida, uma vez que, com o desenvolvimento do capitalismo, o modelo industrial cresceu e ampliou de modo complexo essa cisão. Nessa concepção, é exagero afirmar que, com a generalização de modelos de trabalho cooperativistas e a radicalização da democracia (com base no ideário comunista), seja possível estruturar uma nova sociedade, prescindindo da base industrial existente para, desse modo, acabar com a cisão entre trabalho e vida.

Gorz (2007), para frisar essa posição que critica elementos utópicos, derivados da concepção de Marx, apoia-se nas concepções de Jürgen Habermas, para as quais o mundo da vida e o sistema se interpenetram, ficando integrados em um todo complexo, em que um não pode suprimir o outro. Do mesmo modo, não seria possível conceber, por um lado, uma sociedade de controle total ou, por outro, uma sociedade em que ações individuais livres determinem plenamente o seu funcionamento.

Desse modo, ao refletir sobre as possibilidades e os limites da luta dos trabalhadores, Gorz pensa ser factível subordinar parte do trabalho abstrato ao concreto. Todavia, não concebe a possibilidade de diluição do trabalho abstrato no interior do trabalho concreto ou, ainda, sua supressão completa. Essa constatação é sustentada na perspectiva de que a estruturação e racionalização que ganhou forma na indústria e espalha-se pelo setor de serviços repercutem diretamente na organização do trabalho, não sendo possível desconsiderar a funcionalidade dessa construção.

> A indústria é filha do capitalismo e dele traz a marca indelével. Só pôde nascer graças à racionalização econômica do trabalho — implicada obrigatoriamente em sua funcionalização —, que perpetua em seu funcionamento como uma exigência impressa na materialidade de sua maquinaria. Nascida da separação entre o trabalhador e "seu" produto e os meios de produzi-lo, a maquinaria industrial torna necessária essa separação, mesmo quando não foi concebida com esse propósito. Não é possível, por sua própria natureza, de ser apropriada pelos trabalhadores e assim permaneceria mesmo abolida a propriedade dos meios de produção e, com ela, o primado do lucro (Gorz, 2007, p. 57-58).

Assim, o autor salienta que a luta, continuamente reiterada, dos movimentos dos trabalhadores por autonomia, melhores salários e condições de trabalho deve comportar a luta pela liberação progressiva do homem do trabalho abstrato, economicamente determinado em função da reprodução do capital. Essa liberação deve ser pensada dentro do debate que abarca a redução da jornada de trabalho e as políticas de transferência de renda.

Sobre a redução da jornada de trabalho, Gorz (2007) expõe argumentos favoráveis a mesma, sem deixar de contrapor essas ideias com outros argumentos. A redução da jornada de trabalho pode ser pensada como uma estratégia para reduzir o desemprego, aumentar o tempo livre do empregado e redistribuir as conquistas do desenvolvimento tecnológico, de modo que todos trabalhem menos e melhor.

Por outro lado, a redução da jornada, quando não debatida e nem planejada para além do campo econômico, pode contribuir para aumentar a pobreza, em vez de eliminá-la. É isso que ocorre quando o empresariado afirma que é possível reduzir a jornada de trabalho mediante aumento da produtividade, redução dos salários e benefícios dos trabalhadores.

Mesmo em um contexto de consolidação do ideário neoliberal e avanço da automação, o debate sobre a redução da jornada de trabalho permanece atual. No Brasil, a luta do movimento Vida Além do Trabalho (VAT) pelo fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho por um de descanso), comum no setor do comércio, ganhou força com a apresentação de uma Proposta de Emenda à

Constituição (PEC), protocolada na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2025. A proposta visa eliminar a escala 6x1 e reduzir a jornada semanal regulamentada de 44 para 36 horas (TEIXEIRA; SALIBA; OLIVEIRA; ALSISI, 2025).

É importante destacar que essa iniciativa se insere em uma discussão mais ampla, que também abrange trabalhadores informais e de aplicativos, sem vínculos formais de emprego e geralmente contratados por meio de termos de adesão. Esses trabalhadores não seriam beneficiados pela redução da jornada.

A luta pela redução da jornada é uma pauta histórica do movimento sindical. No século XIX, as jornadas ultrapassavam 12 horas diárias, sendo progressivamente reduzidas graças à mobilização trabalhista. No Brasil, a Constituição de 1988 reduziu a carga horária semanal de 48 para 44 horas. A pauta atual do movimento sindical é reduzir para 40 horas semanais. Em outros países, como a França, também houve avanços: em 1998, iniciou-se a redução da jornada de trabalho de 39 horas para 36 horas semanais.

Quanto ao tema da transferência de renda, no livro Metamorfoses do trabalho, de 1988, Gorz destaca que a transferência pode ser um mecanismo para promover a redução da jornada de trabalho. Assim, procurando explorar as maneiras pelas quais a redução pode ser introduzida, de modo gradativo, enfatiza a proposta denominada "segundo cheque", na qual se deve empregar um acréscimo ao pagamento para quem teve sua jornada de trabalho reduzida e atua em tempo parcial. Nessa abordagem, a transferência de renda deve ocorrer para as pessoas que trabalham no intuito de assegurar um patamar mínimo de sobrevivência.

Já nas abordagens do autor, as quais figuram nos livros *Misérias do presente, riqueza do possível*, de 1997, e *O imaterial: conhecimento, valor e capital*, de 2003, destacam-se as discussões sobre a renda básica incondicional, a qual deve ser conferida a todas as pessoas, independentemente da classe, sem condicionalidades. Tal proposta assemelha-se à Renda de Cidadania, desenvolvida no Brasil pelo ex-senador Eduardo Suplicy (Suplicy, 2004).

Essa posição sobre a transferência de renda é questionada e combatida pela concepção neoliberal da Escola de Chicago, da qual o autor discorda. Para essa interpretação, a transferência de renda, quando aplicada, configura-se em um paliativo frente ao excesso da distribuição desigual de renda, que pode vir a obstruir a reprodução da força de trabalho para o capital. Na visão de Milton Friedman sobre o imposto de renda negativo, a concessão do benefício serve para complementar a renda até determinado patamar. Sua aplicação deve seguir um cálculo que não desestimule a procura de emprego e não eleve a pressão para aumento dos salários.

Essa abordagem, para a qual a transferência de renda é uma espécie de subsídio indireto para o empregador, pode ser observada nos Estados Unidos, no caso de trabalhadores precarizados que recebem do governo o Food Stamp[8], benefício que se torna uma espécie de complemento salarial[9]. Isso não é novo na história do capitalismo. Durante o período da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra existia a Lei dos Pobres, a qual consistia em um

---

[8] O *Food Stamp* refere-se ao nome popular do programa SNAP (*Supplemental Nutrition Assistance Program*). Criado em 1964, esse programa de assistência alimentar tem raízes nas políticas implementadas durante a Grande Depressão. Semelhante ao Bolsa Família brasileiro em termos de objetivo social, o programa estadunidense distribui recursos por meio de um cartão eletrônico, destinado exclusivamente à compra de alimentos autorizados. No Brasil, o benefício pode ser utilizado sem restrições específicas quanto aos produtos. Ambos os programas possuem critérios de elegibilidade e exigem compromissos que o beneficiário deve assumir (SUPLICY, 2004).

[9] "I grew up on food stamps. I'll never forget the sneering looks" (*The Guardian*, Jul. 2017). Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jul/12/food-stamps-poverty-america-shame. Acesso em: 24 fev. 2025. "Why did I cry when I was approved for $271 of food stamps this month?" (*The Guardian*, jun. 2024). Disponível em: https://www.theguardian.com/wellness/article/2024/jun/13/food-stamps-insecurity. Acesso em: 24 fev. 2025.

complemento do salário distribuído pela igreja como forma de manter a reprodução da força de trabalho em períodos de crise. Segundo Karl Marx:

> A Lei dos Pobres e sua administração era a mesma em 1795 e 1814. Recorde-se como essa lei foi aplicada no campo: sob a forma de esmolas, a paróquia complementava o salário nominal até a soma nominal necessária à mera vida vegetativa do trabalhador (Marx, [1867] 1985, v. 1, t. 2, p. 231).

Tendo noção dos perigos que giram em torno desse tema para os trabalhadores, quando pensado pela ótica do mercado, Gorz sustenta argumentos tanto em defesa de uma renda básica incondicional quanto em relação à redução da jornada de trabalho. Para o autor, o desenvolvimento técnico, e o excedente gerado, que é resultado do trabalho humano pretérito e presente, é um bem social coletivo.

Essa ideia é embasada no argumento de que o avanço da tecnologia e do trabalho imaterial impossibilita, cada vez mais, mensurar o valor real do trabalho. Tal constatação indica, ainda, maior distanciamento da sociedade atual do paradigma do trabalho (Gorz, 2004; 2005).

É sabido que Marx considera o valor mensurado do trabalho um *valor médio*. Sem negar essa concepção, concordamos com Gorz (2005): o desenvolvimento do trabalho imaterial em um contexto de revolução tecnológica tem gerado maior distanciamento da produção de valor pelo trabalho e não apenas novas formas mais complexas de interação entre trabalho material e imaterial, como sugere Ricardo Antunes (2001; 2018). Tal dado expõe a necessidade de repensar melhor a teoria do valor trabalho em face do avanço da automação.

Com base nas ideias de André Gorz (2004), a proposta de uma renda básica incondicional está alinhada à visão de que o mercado deve ser subordinado ao social. Nessa perspectiva, enfatiza-se a necessidade de reduzir o poder do mercado e do Estado, especialmente quando estes atuam em favor de interesses mercadológicos. O objetivo é destacar o valor dos indivíduos na sociedade, não apenas em relação ao trabalho, mas também em suas dimensões para além dele, o que abarca a luta por participação política crítica na sociedade.

Cabe salientar que o debate em relação à redução da jornada de trabalho e em relação à renda básica, na perspectiva de Gorz, tem como base teórica a influência do existencialismo sartriano, o que se justifica na ênfase na autonomia dos indivíduos, embasada no princípio de que "a existência precede a essência". Nessa concepção, a constante mitigação das potencialidades da liberdade humana realizada pelo Estado e pelo mercado não é capaz de subsumir por completo a autonomia humana. Esta subsiste e os indivíduos não podem se furtar da luta para ampliá-la e exercê-la (SARTRE, 1966).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem desenvolvida, com base em André Gorz e Hannah Arendt, é possível afirmar que o trabalho, ao longo da história, nem sempre foi considerado o único fundamento das capacidades humanas. Isso significa que as potencialidades humanas podem se manifestar por meio do trabalho, mas não se esgotam nele. Arendt destaca que a vida política, marcada pela discussão e pela ação, transcende a esfera do trabalho, enquanto Gorz enfatiza a necessidade de superar a subordinação da vida às exigências produtivas, valorizando outras dimensões da existência humana.

Apesar disso, essa perspectiva não busca negar a importância do trabalho, que continua sendo a base econômica mesmo em um cenário de forte automação. Por isso, o trabalho é,

e continuará sendo, um pilar fundamental por um longo tempo. Entretanto, é inegável que sua centralidade esteja abalada. A vida humana não pode ser reduzida ao trabalho e a diversidade de atividades humanas, quando tratadas de forma indiferenciada, dificulta sua compreensão. É por isso que Arendt ([1958] 2010) e Gorz (2007) procuram criar modelos interpretativos que diferenciam as atividades humanas, destacando que o trabalho é apenas uma das dimensões da existência.

Diante do desenvolvimento técnico, que elimina empregos na indústria e na agricultura, e de um movimento de crescente criação de trabalho no setor terciário (comércio e serviços), que também está sujeito ao risco de extinção, precarização e redefinição pela automação e inteligência artificial, devemos questionar os limites da centralidade do trabalho. Nas palavras de André Gorz, é fundamental questionar a "[...] pretensão de perpetuar como um dever, como norma, como fundamento insubstituível dos direitos e da dignidade de cada um este 'trabalho', do qual o sistema abole as normas, a dignidade e o acesso" (Gorz, 2004, p. 9).

Nesse sentido, a busca por autonomia no trabalho e por melhores condições salariais deve se somar, cada vez mais, à luta pela redução do peso do trabalho abstrato na vida das pessoas. Essa discussão se insere no debate sobre a renda básica incondicional e a redução da jornada de trabalho, temas que ganham relevância diante das transformações tecnológicas e sociais.

Como vimos, a renda básica incondicional pode se distanciar de formas de assistência em vigor que reforçam a dependência dos indivíduos do Estado e do mercado. Ela pode configurar-se como um meio de garantir a todos os cidadãos um mínimo existencial, independentemente de sua situação laboral, permitindo que as pessoas tenham maior liberdade para escolher como e quando trabalhar, além de dedicar-se a atividades não mercantis, como o cuidado de crianças e idosos, a educação, o lazer e a participação política. Já a redução da jornada de trabalho pode ser defendida como uma forma de redistribuir o trabalho socialmente necessário, permitindo que mais pessoas tenham acesso ao emprego e que os trabalhadores melhorem a qualidade de vida e usufruam de mais tempo livre.

Em suma, com base nessa discussão, destaca-se a importância da luta por uma vida com sentido, tanto no trabalho quanto fora dele. Isso porque, tendo em vista as revoluções tecnológicas e o excedente gerado pelo trabalho humano, criam-se condições nas quais é possível trabalhar menos e melhor, apesar da irracionalidade do capital em barrar tais possibilidades, ao elevar a eliminação do trabalho e, ao mesmo tempo, sustentar o discurso de que o trabalho deve ser o elemento central e integrador da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre afirmação e negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Uberização e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho? **Análise Social**, Lisboa, v. 58, n. 248, p. 51-532, 2023.

ARENDT, Hannah [1958]. **A condição humana**. 11. ed. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ARENDT, Hannah. [1964] Trabalho, obra e ação. Tradução: Adriano Correia. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 7, p. 175-201, fev. 2005.

GORZ, André. [1988] **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2. ed. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2007.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução: Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GORZ, André. [1980] **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Tradução: Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume. 2004.

HABERMAS, Jürgen [1968]. Trabalho e interação. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

KREIN, José. Dari. **As relações de trabalho na era do neoliberalismo**. Campinas: LTr, 2013.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

KURZ, Robert. A honra perdida do trabalho. O socialismo dos produtores como impossibilidade lógica. **Krisis Erlangen**, n. 10, jan. 1991. Disponível em: http://www.obeco-online.org/rkurz109.htm. Acesso em: 18 jul. 2025.

MARX, Karl. [1844] **Manuscritos econômicos filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. [1867] **O capital. Crítica da economia política**. (volume 1, tomo I, capítulos I a XII) São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. [1867] **O capital. Crítica da economia política**. (volume 1, tomo II, capítulos XIII a XXV). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. [1845/1846] **A ideologia alemã**. 3. ed. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SARTRE. Jean Paul. **Questão de método**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1966.

SILVA, Josué Pereira da. **André Gorz**: trabalho e política. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2002.

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação. *In*: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard (org.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. p. 41-76.

SUPLICY, Eduardo. **Renda de cidadania**: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, M.; SALIBA, C.; OLIVEIRA, C. L. de; ALSISI, L. B. O Brasil está pronto para trabalhar menos: a PEC da redução da jornada e o fim da escala 6×1. **Nota de Economia**, nº 13, abril 2025. Campinas: Transforma/Unicamp; Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT/IE/Unicamp), 2025.

Recebido em: 14/03/25

Aceito para a publicação: 13/08/25